



APROPRIAÇÃO SOBRE SAÚDE MENTAL E LOUCURA PELA POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Nathália Klimontovics Ferreira¹ Kíssila Teixeira Mendes

¹Psicologia – Universidade Católica de Brasília;

²Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Católica de Brasília

E-mail: nathalia.ferreira@a.ucb.br; kissila.mendes@p.ucb.br.

RESUMO

A pesquisa buscou analisar as representações sociais e as percepções ideológicas sobre saúde mental e loucura nas comunidades do Distrito Federal. Metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo. Coletaram-se os dados por meio de entrevistas semiestruturadas com dez moradores usuários dos serviços comunitários ofertados pela Universidade Católica de Brasília. A análise do material estruturou-se na codificação, categorização e interpretação dos dados. Portanto, os resultados apontam para uma hierarquização conceitual: a saúde mental é associada ao autocuidado e mercantilizada, deslocando a responsabilidade estatal. Em contrapartida, a loucura permanece estigmatizada no imaginário social como perigo, vinculada à população em situação de rua e ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Conclui-se que o estudo evidencia que os discursos comunitários refletem a permanência de aparatos biomédicos e morais historicamente difundidos pela mídia e por instituições de controle.

Palavras-chave: Saúde mental. Loucura. Representação social.

INTRODUÇÃO

O entendimento sobre loucura e saúde mental é construído a partir de um longo processo que envolve discursos científicos, institucionais e a função mobilizadora de opiniões da mídia (Amarante, 2007; Yasui, 2010). O jornalismo configurou-se como um agente ativo na institucionalização dessas representações sociais, contribuindo para a construção do imaginário social e para a cristalização da memória (Silveira et al., 2018). Dessa forma, produziu fronteiras simbólicas entre normalidade e anormalidade, o que reforçou no tratamento a disciplina, exclusão e violência institucional (Marrucci, 2009).

Diante desse cenário, os conceitos sobre esses termos emergem de uma disputa de símbolos, validados e estruturados por diferentes atores, como médicos, imprensa, Estado, igreja, famílias e comunidades. A ideologia corresponde a uma visão vinculada às relações de dominação adequadas a um determinado modo de produção (Baldi, 2019). Como consequência, coloca-se uma ciência fundamentada em premissas individualistas a serviço da manutenção da ordem social, vinculando a distribuição de saúde mental à própria distribuição de riqueza produzida no país (Martín-Baró, 2017).

Ademais, a discussão acerca das drogas insere-se em disputas ideológicas atravessadas por representações sociais que tipificam o tema como uma ameaça social e a moral, incidindo sobre as populações vulneráveis e associadas à loucura (Acioli et al., 2022). Trata-se de uma narrativa elaborada por poderes hegemônicos e dominantes, que a exemplo do discurso sobre a loucura, é atravessada por motivações morais, econômicas e geopolíticas, instaurando o medo e a insegurança popular como estratégia de controle e projeto de poder. Desse modo, responsabiliza-se o sujeito e desresponsabiliza o Estado, legitimando a redução de direitos sociais e a reprodução de práticas violentas (Cechetto et al., 2026).



Observa-se que a cristalização da hegemonia de discursos individualista e midiáticos, que consolidam estigmas que dificultam a ressignificação de loucura e saúde mental. Dado que o Distrito Federal é um grande centro político e cultural de alta complexibilidade, a perspectiva das suas comunidades sobre saúde mental e loucura deve ser analisada. Compreender como esses sentidos são apropriados e reproduzidos pelos sujeitos locais torna-se fundamental para mapear as barreiras ideológicas que impedem a consolidação de uma visão de saúde mental plenamente baseada na dignidade.

O projeto possui como objetivo analisar as percepções ideológicas sobre saúde mental e loucura em comunidades do Distrito Federal. Desse modo, esse projeto de pesquisa é importante para entender como os termos psicológicos estão sendo percebidos na cultura popular. Portanto, este estudo é crucial para compreender como a banalização da saúde mental afeta a população e a efetividade da aplicação de políticas públicas.

OBJETIVO

A pesquisa buscou analisar as representações sociais e as percepções ideológicas sobre saúde mental e loucura nas comunidades do Distrito Federal. Ademais, os objetivos específicos são: analisar a dicotomia estabelecida entre os conceitos de “loucura” e “saúde mental”, observando as valorações morais atribuídas a cada termo; Verificar a persistência da associação entre loucura e periculosidade nas percepções das comunidades estudadas; Investigar como a ideologia da periculosidade molda a percepção comunitária sobre o sujeito em sofrimento psíquico; e Identificar os mecanismos de disseminação ideológicos sobre saúde mental e loucura.

MÉTODO

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, que buscou compreender as representações sociais, percepções ideológicas e significados atribuídos à saúde mental e à loucura por moradores do Distrito Federal atendidos nos serviços da Universidade Católica de Brasília (UCB). A amostragem foi definida por conveniência e acessibilidade, composta por 10 participantes maiores de 18 anos, excluindo-se estudantes e docentes da instituição. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas individuais, gravadas e transcritas na íntegra, com foco em aspectos sociodemográficos e nas percepções sobre saúde mental, transtorno mental, loucura, periculosidade e formas de tratamento. Os dados foram submetidos à Análise Temática de Conteúdo com o auxílio do *software* Atlas.ti. A pesquisa atendeu rigorosamente aos preceitos éticos da Resolução CNS nº 510/2016, com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a preservação do anonimato dos participantes.

RESULTADOS

A amostra do estudo foi composta por 10 integrantes da comunidade que utilizam os serviços oferecidos pela Universidade Católica de Brasília (UCB), com equidade de gênero (5 homens e 5 mulheres) e faixa etária abrangendo dos 25 aos 80 anos. Quanto ao perfil étnico-racial, metade dos participantes (n=5) autodeclarou-se negro ou pardo, e a outra metade (n=5), branca. No âmbito religioso, 5 entrevistados informaram praticar uma religião, 4 declararam não possuir religião e 1 optou por não responder. Por fim, em relação à orientação política, 5 participantes relataram não ter posicionamento definido, 2 declararam-se de esquerda, 1 de direita e 2 preferiram não informar. Em primeira análise, tem a dicotomia conceitual entre a saúde mental, transtorno e loucura. Nos discursos analisados, esses três termos são colocados como distintos e hierarquizados.



Sendo a saúde mental, relacionada ao autocuidado, a loucura a perigo e irracionalidade e o transtorno aos diagnósticos e classificação.

Esse processo se dá pela construção ideológica atravessada pela manutenção das hierarquias sociais e os interesses de classe dominante. Sendo essas representações sociais tipificadas a partir dos valores, normas e interesses de grupos sociais específicos (Moscovici, 2005). Dessa forma, esse processo fica mais claro pós Reforma Psiquiátrica, quando a mídia e classes dominantes, viu-se a necessidade de reformular as narrativas, a fim de revalidar os discursos médico-instrucional e a psicofarmacologia como fonte legítima do conhecimento. Assim, destacando a medicalização como principal mecanismo de controle da doença e segurança pública (Marrucci, 2009).

Nesse sentido, a saúde mental é apropriada, pela mídia e pela indústria farmacêutica, como mercadoria, deslocando o cuidado ao sujeito e não mais ao Estado (Macedo, 2019; Santos et al., 2012). Processo identificado nos discursos dos participantes sobre o autocuidado e equilíbrio. A cristalização dos discursos sobre os diagnósticos pauta-se na construção da própria identidade do sujeito, passando a figurar tanto como um alívio para a angústia quanto como uma forma de estar no mundo. Longe de eliminar a estigmatizada da saúde mental, o mercado utiliza essa nova categoria para expandir seu consumo, reproduzindo discursos biomédicos e reducionista que responsabilizam o sujeito pelo seu bem-estar por meio do autocuidado (Cordeiro, 2017).

A loucura associada a periculosidade e colocada como distante dos participantes, esse processo institui a razão como norma e marginaliza aqueles que não se enquadram nesse padrão, reforçando a distinção entre o “normal” e o “anormal” (Foucault, 2008). Nesse sentido, a loucura não se configura apenas como um estado clínico, mas como uma categoria social que legitima práticas de exclusão, segregação e controle. Ademais, observou-se no imaginário coletivo uma forte associação da loucura à população em situação de rua e o uso abusivo de álcool e outras drogas como causador da loucura. Fator ligado ao período histórico do Brasil que utilizou da loucura para responder crimes, a fim de legitimar a higienização social de grupos marginalizados (Vargas & Campos, 2019). Os discursos dos participantes refletem dicotomia sobre as formas de tratamento. Fenômeno observado também nos próprios discursos médicos ao longo do tempo, em que o período pós-legislação da Reforma Psiquiátrica produziu uma polarização discursiva que contrapõe os ideais do modelo humanizado à lógica biomédica tradicional (Cordeiro, 2017).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou analisar as representações e as percepções ideológicas sobre saúde mental e loucura na comunidade do Distrito Federal. Em síntese, a análise revela uma representação social multifacetada da saúde mental no contexto das comunidades do Distrito Federal. Os discursos analisados não se alinham a uma vertente única, mas constituem uma construção complexa que permanece atravessada por ideários hegemônicos erigidos historicamente. A construção social da loucura é continuamente moldada por múltiplos atores, incluindo médicos, meios de comunicação, famílias, o Estado e movimentos sociais. Essa dinâmica envolve disputas sobre como a loucura deve ser compreendida, tratada e gerida na sociedade. Assim, as narrativas emergentes podem tanto reproduzir estigmas e práticas de exclusão quanto impulsionar abordagens críticas e emancipatórias.

REFERÊNCIAS

Acioli Neto, M. de L. Santos, M. F. S., Sobral, M. O., Pessoa, M. (2022). A Droga como Dispositivo de Controle Social: Uma análise das Representações Sociais do álcool, maconha e crack na imprensa brasileira. *Psicologia Em Estudo*, 27, e48860. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v27i0.48860>



- Amarante, P. D. C. (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial*. Editora Fiocruz.
- Baldi, L. A. P. (2019). A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência. *Revista Katálisis, Florianópolis*, 22(3), pp. 613-640. <https://doi.org/10.1590/1982-02592019v22n3p631>.
- Cechetto, F., Santos, A. G., Netto, F. (2026). Estado de exceção, política de drogas e a falácia do "Narcoterrorismo": desmistificando um projeto político (Mesa-redonda). In *Anais do 10º Congresso Brasileiro de Saúde Mental*, Vitória, ES, Brasil.
- Cordeiro, R. Q. F. (2017). *Nominação, vozes e pontos de vista sobre a loucura na e pela mídia: da reforma psiquiátrica ao boom das doenças mentais* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco.
- Foucault, M. (2008). *História da loucura* (R. Machado, Trad.). Perspectiva.
- Gomes, R. (2008). Análise de dados em pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Ed.), *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade* (27ª ed., pp. 67-80). Vozes.
- Jodelet, D. (2017). *Representações sociais e mundos de vida*. Vozes.
- Macedo, F. dos S. (2019). A Lei da reforma psiquiátrica (Lei nº 10.216) e as construções discursivas sobre a "loucura". *Revista Leitura*, 2(30), 15-30. <https://doi.org/10.28998/2317-9945.200230.15-30>
- Marrucci, F. (2009). As construções discursivas dos sentidos da loucura na mídia impressa depois da Lei da Reforma Psiquiátrica no Brasil. *Revista Eco-Pós*, 10(1). <https://doi.org/10.29146/ecopos.v10i1.1048>
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Editora Vozes, Petrópolis.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Vozes.
- Moscovici, S. (2005). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 3.ed. Petrópolis: Vozes.
- Silveira, P. S., Casela, A. L. M., Monteiro, E. P., Ferreira, G. C. L., Freitas, J. V. T., Machado, N. M., Costa, P. H. A., Ronzani, T. M., Noto, A. R. (2018). Crack e Mídia: O que dizem as principais revistas jornalísticas do país?. *Estudos & Pesquisas em Psicologia*, 18(1). <https://doi.org/10.12957/epp.2018.38109>.
- Santos, M. F. S, Neto, M. L. A, Sousa, Y. S. O. (2012). Representações sociais do crack na imprensa pernambucana. *Estudos de Psicologia*, 29(3), 379-386.
- Vargas, A. F. M & Campos, M. M. (2019). A trajetória das políticas de saúde mental e de álcool e outras drogas no século XX. *Ciências & Saúde Coletiva*, 24(3). <https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.34492016>
- Yasui, S. (2010). *Rupturas e encontros: Desafios da reforma psiquiátrica brasileira*. Editora UnB.

Financiamento: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.